

PROPRIETARIOS
 João Pedro de Sousa
 e Lyster Franco
 DIRECTOR POLITICO
 João Pedro de Sousa
 DIRECTOR LITERARIO
 Lyster Franco
 EDITOR E ADMINISTRADOR,
 JOÃO PEDRO DE SOUSA
 PUBLICA-SE AOS SABADOS

O HERALDO

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO,
 COMPOZIÇÃO E IMPRESSÃO
 Typographia do Heraldo
 RUA de Dezembro
 FARO
 ASSINATURAS
 mezes. 30 centavos
 COMUNICADOS E ANUNCIOS
 Cada linha 2 centavos. Para a 1.^a
 e 2.^a pagina contrato especial.

SEMANARIO REPUBLICANO DEMOCRATICO

CAMARA MUNICIPAL DE FARO

Em duas sessões plenarias da Camara Municipal de Faro, uma das quaes durou 7 horas, o sr. dr. João Pedro de Sousa, presidente reeleito da Comissão Executiva, prova de maneira irrefragavel que o deficit da Camara não é de dez contos, como politicos mal intencionados tem pretendido insinuar, mas unicamente de 6.936\$58, e que deste deficit cabem 6.081\$01 ás duas vereações de 1913 e apenas 855\$57 á vereação de 1914. Prova tambem que esta insignificante responsabilidade da Comissão Executiva da sua presidencia proveiu de circunstancias imperiosas e de força maior. Em virtude desta demonstração clara, terminante e insofismavel, é apresentado na meza um voto de plena confiança á Comissão Executiva.

Tendo-se verificado que o orçamento ordinario das receitas e despesas do concelho de Faro, votado para a gerencia de 1914, não correspondia a imperiosas, e inevitaveis exigencias da administração municipal, a Comissão Executiva a que tenho a honra de presidir, apresentou á Camara um orçamento suplementar, no dia 5 de novembro, pedindo-lhe que o discutisse com a maxima urgencia, pela falta que fazia ao regular andamento dos serviços camarários, e outrossim por ter de me retirar do concelho e querer assistir á discussão.

Na mesma sessão em que foi apresentado, e antes de começar a ser discutido, fez o sr. Paulo da Silva Pinto, entafuado ex-vice-presidente da primeira comissão administrativa de 1913, a seguinte proposta:

PROPOZHO QUE SEJA NOMEADA UMA COMISSÃO DE TRES MEMBROS PARA EXAMINAR O 2.º ORÇAMENTO SUPLEMENTAR APRESENTADO PELA COMISSÃO EXECUTIVA, ASSIM COMO EXAMINAR O ESTADO FINANCEIRO DA CAMARA, VISTO SER ESTA A ÚLTIMA SESSÃO DESTA ANO, TRAZENDO A ESTA CAMARA UM RELATORIO DE TODO O SEU ESTUDO. O relatorio deve ser apresentado ainda nesta sessão, mas se de todo não for possível não devo ir alem de quinze dias.

Era uma proposta pouco decente, porque fazia transparecer uma certa desconfiança das boas intenções da Comissão Executiva, mas justamente para que ninguém ousasse descrever dessas intenções, exprimi a propria Comissão Executiva o desejo de que a proposta fosse aprovada por toda a Camara. E assim se fez. E foi então que outro vereador da minoria indicou para essa comissão os tres evolucionistas srs. Paulo da Silva Pinto, Joaquim da Silva Figueira e Antonio Gonçalves Marreiros. E a Comissão Executiva, que nenhum gesto queria ter de dissentimento a aquellas propostas, para desviar de si a suspeita de que quer receios, porque os não tinha, aceitou, com o ceto da maioria, a indicação destes vereadores, apesar do sr. Joaquim da Silva Figueira, com quem, por justos motivos, estou absolutamente incompatibilizado, me não merecer confiança.

Claro está que, em vista da curiosa efervescencia que então se vinha notando entre os vereadores opposicionistas, incluindo neste numero os quatro ou cinco despeitados que o Partido Democratico, em tempos, teve a crassa ingenuidade de supor seus correligionarios. Claro está, dizia eu, que o autor da primeira proposta, como testa de ferro da opposição, deu logo a entender que obedecia a intuios politicos de soalheiro, no proposito de levantar dificuldades á Comissão Executiva. E o autor da segunda proposta confirmou sobejamente esse proposito.

Decorridos os oito dias da sessão em que a proposta do sr. Paulo da Silva Pinto foi apresentada, bem como a outra, e decorrido mesmo o prazo de quinze dias que, segundo essa proposta, era *improrogavel*, de nenhuns trabalhos a celebre comissão tinha dado conta, e, porque assim acontecia, a Comissão Executiva promoveu pela segunda vez a reunião conjunta da Camara, a fim de se discutir o orçamento suplementar.

Nessa altura já eu havia adiado a viagem que, por motivo de força maior, tinha de realizar á Mirandela, e adici-a porque, como disse, e a meu ardente desejo assistir á discussão do orçamento, para o defender quanto em minhas forças coubesse, visto que o murmurar das *havanezas, por influencia caluniosa dos meus adversarios*, já começava a tomar corpo, na afirmativa de que em volta deste orçamento havia grosso escandalo de administração municipal.

Reunida, pois, a Camara em 21 de novembro, foi outra vez apresentado o orçamento, e logo o sr. Paulo da Silva Pinto, de mau sorriso nos labios e veneno a escorrer-lhe da boca, pediu novo prazo, *mais quinze dias*, para a comissão de que fazia parte efetivar os seus trabalhos! E não se lembrava de que este prazo era o terceiro e de que o segundo tinha de ser *improrogavel*, por força da vontade que ele proprio exprimira na sua provocante e insidiosa proposta. Então eu, necessitado de partir para o norte e indignado com a pergoza e néfanta rebeldia da comissão fiz em plena Camara, abertamente, declaração de que o *desejo dos meus adversarios era discutirem o orçamento numa sessão em que eu, por estar longe, não pudesse defende-lo e arredar quaesquer investidas que ousassem fazer á comissão da minha presidencia*. Proferidas, como desabafo, estas palavras, que tinham o seu fundamento, o sr. Paulo da Silva Pinto, levantando-se, fez solenemente esta affirmação:

Garanto, sob minha honra, que a comissão de que faço parte não apresentará á Camara o seu relatorio enquanto o sr. dr. João Pedro de Sousa estiver ausente.

E ninguém, entre todos os vereadores, ao ouvir esta declaração, teve o mais ligeiro gesto ou palavra de discordancia.

Terminada a sessão de Camara, o sr. Paulo da Silva Pinto repetiu-me cá fora a mesma affirmação que ali fizera, e em virtude de eu ter ficado plenamente convencido de que tal sucederia, assentei por fim na data da viagem, e efetivamente parti para Mirandela tres dias depois, a 24 de novembro, na persuasão insofismavel de que o sr.

Paulo da Silva Pinto, saberia respeitar o seu compromisso, ainda que quaesquer razões, por maiores que elas se pudessem julgar, lhe fossem impostas ou suggeridas. Acima de tudo a sua palavra de honra!

Quando já em Mirandela pensava nos preparativos do regresso, recebi um telegrama do sr. Cirilo Tavares Belo, a essa altura vice-presidente da Comissão Executiva, solicitando a minha comparecência á sessão do dia 30 de dezembro, visto que se resolvera para esse dia a apresentação do relatório e a discussão dos orçamentos. E porque na ocasião em que me foi entregue o telegrama se tinha atado incendio num dos meus predios, precisamente numa dependencia daquelle, em que então residia, sendo-me por isso absolutamente impossivel assistir á referida sessão de 30 de dezembro, respondi ao sr. Cirilo Tavares Belo, dizendo-lhe o desgosto por que tinha passado e alegando escusa. Dias depois, sofria o novo desgosto de ver cair duma varanda para a rua, um dos meus filhos, o mais velho, e esta circunstancia, tão ponderavel, fez com que tivesse de protelar, pela segunda vez, o dia do meu regresso. E porque a fatalidade havia tomado conta de mim, quando já estava um pouco refeito dos desastres que soffrera, passei ainda pela desventura de ver morrer-me, quasi nos braços, outro meu filho, o mais novo.

Houve portanto razões que justificaram iniludivelmente a minha ausência. Entretanto, em Faro, o sr. Paulo da Silva Pinto quebrava o compromisso que, em nome da comissão encarregada de fazer o exame do orçamento suplementar, havia tomado *sob sua honra*, e a Camara, *estando eu ausente*, apreciava a seu modo o relatório em que essa malevola comissão fazia de má fé os seus estudos, apresentando com descabelados intuios politicos, diversas considerações nojosa e mentis falsas, que foram sem duvida a origem dessa atoarda que para ahi correu de que a Comissão Executiva deixara, na gerencia de 1914, um deficit de dez contos, da sua responsabilidade, e, o que todá a gente de carácter julga bem peor, — que foram tambem a causa, politicamente preparada, dessa repugnante calunia que quaesquer bandidos sem escrupulos aventaram contra a minha dignidade incorrível, e que consistiu em espalhar-se que eu, retirando-me desta cidade, onde não mais voltaria, tinha deixado na Camara um desfalque de dez contos!!!

Foi isto o que, com extraordinaria supreza, para juntar aos meus anteriores desgostos, eu vim saber em Faro, no dia da minha chegada, consolando-me todavia a grata ideia de que, apesar de tão injustas e desleaes acusações, — de tão acintosa calunia, a Comissão Executiva, em sessão do dia 30 de dezembro, tornara a eleger-me seu presidente.

Compulsando o relatório, duas coisas, antes de tudo, me causaram indignação e repulsa: o erro do cinismo com que se faziam affirmações manifestamente contrarias á verdade, e a estranha ousadia e má fé com que veladamente e abusivamente, fóra do mandato, se levantavam insinuações e se davam censuras a que n era digno de todo o respeito e consideração. Mas enfim, tudo isso era proprio da celebre comissão evolucionista em que um dos seus membros, o sr. Antonio Gonçalves Marreiros, publicamente se declarava estranho ao caso, declinando por tal motivo a sua responsabilidade, em que outro, o sr. Joaquim da Silva Figueira, não merecia a minha confiança, por ser reconhecidamente suspeito, e em que o terceiro, o sr. Paulo da Silva Pinto, era capaz, como de facto foi, de cair na vergonhosa e ridicula fraquesa de não saber respeitar o seu compromisso de honra.

Nesse criminoso relatório, alem das censuras e insinuações a que, em nome da Comissão Executiva, dou o maior desprezo, por virem de semelhantes personalidades, e alem de certas inexactões de menos valor, afirma-se: 1.º Que a Comissão Executiva, para cumprir uma determinação da Camara, devia ter aplicado, em relação á cobrança do rendimento dos terrenos da Cerca dos Capuchos, uma taxa superior áquella que applicou; 2.º Que na *Feira de Faro* mandou, *abusivamente*, cobrar taxas superiores ás que foram votadas em sessão de Camara; 3.º Que descurou á construção de catacumbas, do que resultaram graves prejuizos para a cidade; 4.º Que vendeu álmias da Alameda por preços diferentes dos da tabela; 5.º Que desprezou a receita de dividas facilmente cobráveis; 6.º Que deixou de pagar a todos os medicos, excetuando apenas, com manifesta desigualdade, os srs. d. s. Alexandre de Assis e Galvão de Melo; 7.º Que tinha desnecessariamente ao serviço da fiscalização da luz electrica um empregado de conta da Camara; 8.º Que a Comissão Executiva recebeu da Camara transata dividas a pagar no valor de 5.355\$25 e que dessas dividas pagou somente 4.407\$86, etc.

Ora, prestando á verdade a homenagem que ela sempre nos deve merecer, é absolutamente inegavel: 1.º Que a Camara, no que diz respeito á Cerca dos Capuchos, em tempo algum resolveu elevar ás taxas do rendimento, porque nem taxas havia, sendo este o motivo por que a Comissão Executiva recebeu em 1914, e ainda hoje recebe, as *rendas* que foram estipuladas no tempo das antigas vereações.

Os possuidores da Cerca dos Capuchos não pagam taxas de occupação, mas sim *rendas mensaes*, o que é bem diferente. A cerca tem 716 metros quadrados, de que são possuidores dois industriaes honestos, que ali tem montadas as suas fabricas. Pagam á Camara a renda mensal de 5\$85. Pois a inteligente comissão de que faz parte o sr.

Paulo da Silva Pinto, com a sua *imparcialidade e sadio escrupulo*, teve a genial ideia de censurar a Comissão Executiva, pelo facto de não applicar a esses 716 metros de terreno a taxa de cinco centavos, que a tabela anexa ao *Codigo de Posturas* estabelece para a occupação de cada metro em periodos de cinco dias! Ou melhor, essa extraordinaria comissão queria que os 716 metros da Cerca dos Capuchos rendessem á Camara nada menos de 214\$80 em cada mez, ou sejam 2.577\$60 por ano!!! — 2.º Que a cobrança das taxas de terraço na *Feira de Faro*, se fez rigorosamente á face da lei, em harmonia com o artigo 20.º da tabela anexa ao *Codigo de Posturas*, devidamente publicado, que manda applicar a taxa de tres centavos por cada metro quadrado. E' certo que a Camara deliberou uma vez manter em dois centavos essa taxa, mas dias depois dava o seu voto de aprovação ao projeto da tabela, que a fixou em tres centavos; — 3.º Que não descurou a construção de catacumbas no cemiterio da Esperança e a prova é que, durante a sua gerencia, mandou, para esse fim, chamar á sala das sessões varios canceiros, entre eles os srs. José Maria Paulino Fernandes e Antonio Caramujo, incumbido este ultimo de fazer os trabalhos necessários para a construção de quarenta, que num curto prazo devem estar concluidas. Convem notar que, durante todo o ano de 1914, a Comissão Executiva, somente, pelo facto de não as ter deixou de vender tres catacumbas, que lhe dariam o rendimento liquido de 22\$00 e cuja falta, por ser apenas de tres, nenhum prejuizo de ordem moral ou material causou á cidade, como desastrosamente o afirma a venenosa comissão que teve por força vital o espirito *sadio e escrupuloso* do sr. Paulo da Silva Pinto. E já que me refiro á circunstancia de só faltarem tres catacumbas durante a gerencia de 1914, compo-me dizer que foram os srs. alferes Palma Ribeiro, José Vasco Mascarenhas e José Julio Rebelo quem solicitou a sua venda; — 4.º Que para a venda das aves existentes na Alameda não havia nem ha tabela de preços, ao contrario do que deslealmente afirmou no seu relatório a referida comissão; 5.º Que em face da lei, não podia fazer directamente a cobrança das dividas que se tinham na conta de *facilmente cobráveis*, e que por tal razão as entregou á autoridade competente. E' preciso todavia lembrar que essas dividas, apesar de *facilmente cobráveis*, já ás comissões de 1913 não conseguiram cobrá-las; — 6.º Que, como todas as outras, é falsa e repugnante a affirmação de que, devendo-se a todos os medicos, se pagou excepcionalmente aos srs. d. s. Alexandre de Assis e Galvão de Melo. Ao entrar na sua gerencia, em janeiro de 1914, a Comissão Executiva pagou aos referidos medicos, pelos seus ordens em atraso, a quantia de 1.136\$56. Em 1914 autorizou *indistintamente* a liquidação de tudo quanto lhes devia, sendo porém certo que, á falta de receita para todos eles, o sr. Eduardo Soares, tesoureiro da Camara, pagou *tambem indistintamente*, áqueles que primeiro se lhe apresentaram;

7.º Que não foi desnecessaria nem inconveniente para a Camara a nomeação do fiscal da luz electrica, e a prova é que, mezes depois, a propria Camara, aprovando o orçamento ordinario de 1915, manteve essa nomeação. E como esclarecimento, para que ninguém tenha o arrojo de manter quaesquer suspeitas sobre a honestidade e boas intenções da Comissão Executiva, sempre direi que nas gerencias de 1913 não importaram em mais de 31\$00 as multas applicadas á Companhia de Electricidade e que em 1914, dispendendo-se 51\$00 com o fiscal nomeado pela Comissão Executiva, subiu a 421\$88 aquella importância; — 8.º Que a Comissão Executiva recebeu dividas a pagar na importância de 5.324\$00 e não só nente de 5.355\$25, como desonestamente se diz no relatório da Comissão de que faz parte o sr. Paulo da Silva Pinto; — 9.º Que a Comissão Executiva da minha presidencia pagou dividas das vereações de 1913, na importância total de 5.207\$86 e não só nente de 4.407\$86, como, com a mesma desonestidade, o affirmam os *intangíveis* membros da aludida comissão; — 10.º Que na construção do coreto da Alameda se não dispenderam rios de dinheiro, por isso mesmo que a sua despesa, discernida bem entre as demais despesas, não foi acima de 500\$00, sem que com isto queira dizer que o serviço dos respectivos operarios e o gasto dos materiais tenham sido de irreprezível moralidade. Podia a Comissão Executiva ter fiscalizado melhor a construção do coreto, dos quiosques e do campo de ginstica, e dessa fiscalização resultariam, *sem duvida*, quaesquer vantagens, mas a falta, que é unica, não implica de maneira nenhuma um ato de ruína administrativa, nem atinge a honestidade dos membros que constituam a Comissão Executiva; — 11.º Que nas estradas de Santa Barbara, que são as *mais extensas e numerosas do concelho*, gastou a Comissão Executiva, com o lançamento de pedra britada, somente a quantia de 354\$76, verba que ficou muito áquem da consignada no orçamento e que nem de longe se parece com a extraordinaria e pasmosa quantia de 600\$00, que certos onzeneiros politicos, sem dignidade, attribuiram a tal despesa; — 12.º Que a despesa feita com a alimentação do gado existente na Alameda (um cavalo, uma mula e uma equa, durante todo o ano, e uma vaca durante sete mezes) não foi absolutamente nada excessiva, porque correspondeu á diaria de menos de 24 centavos por cada cabeça, etc., etc.

Posto isto e para que a opinião publico fique bem esclarecida sobre as responsabilidades e calunias que certa gente sem escrupulos imputou aos membros da Comissão Executiva, faço adiante, num nappá rigoroso, o balanço das contas que se referem á gerencia de 1914.

LISBOA

comparando-a, até onde se torna preciso, com o procedimento da ultima verificação monarchica e de todas as verificações posteriores á implantação da Republica.

Dividas passivas de 5.355\$23, da responsabilidade das commissões administrativas do ano de 1913, conhecidas no principio da gerencia de 1914 e por isso mesmo inscritas no respectivo orçamento. 5.355\$23

Divida passiva de 150\$00, a Manoel Rodrigues Carrusca, da responsabilidade da primeira commissão administrativa do ano de 1913, descoberta depois de feito o orçamento ordinario de 1914 e inscrita no primeiro orçamento suplementar do mesmo ano. Esta divida foi contraída em sessão do dia 10 de abril de 1913 e corresponde ao fornecimento de 300 metros de pedra britada. 150\$00

Divida passiva de 259\$75, a José Carlos Pimenta, da responsabilidade das commissões anteriores a 1913, referida engenhosamente no relatório apresentado á Camara em 30 de dezembro, pela commissão encarregada de examinar o estado financeiro da gerencia de 1914, na altura em que se pretendia a discussão do segundo orçamento suplementar. Esta divida respeita, segundo parece, ao fornecimento dos portões e grades da Alameda, mas a Commissão Executiva da minha presidencia não a reconhece, porque nenhuma ata, escripturação ou sentença existe que comprove a sua veracidade juridica. 259\$75

Divida passiva de 779\$50, ao Hospital de S. José, correspondente ás quotas anuaes obrigatorias e ao excesso com que a Camara tem de contribuir pelo tratamento de alienados pobres deste concelho durante os anos de 1912 e 1913. No orçamento ordinario de 1914 apenas foi englobada nas dividas passivas a verba de 235\$08, respeitante ao ano de 1911, a qual já então era conhecida. A verba de 779\$50 só depois veio a ser do conhecimento da Camara, em virtude da conta apresentada pela Secretaria da Administração do Hospital de S. José, no dia 23 de novembro de 1914. Como se vê, tambem esta divida é da responsabilidade das commissões anteriores á gerencia de 1914. 779\$50

Dividas passivas de 134\$00, pagas a José Martins Bungalim e José Morgadinho, como resto de contas de empreitadas feitas em 1912 e 1913, nas estradas dos Almargens e do Peral. 134\$00

Dividas passivas na importancia de 850\$00, contraídas pela segunda gerencia de 1913 e respeitantes ás obras do Quartel da Guarda Republicana. Alem das despesas que por si propria fez e liquidou, na importancia de 1.465\$50, e

As gerencias de 1913 herdaram da gerencia de 1912 (11-nheiro em cofre) a quantia de 954\$75, onerada com a divida passiva de 564\$08, ao Hospital de S. José, pelo tratamento de alienados pobres em 1911 e 1912, e mais 6\$94, aos herdeiros do medico dr. Aguedo de Miranda. Figuram no orçamento de 1913 algumas outras dividas passivas, na importancia total de 489\$03, mas estas tomaram a natureza de inexigíveis, sendo riscadas dos orçamentos posteriores. Ora, atendendo á circumstancia das commissões administrativas de 1913 terem recebido em dinheiro a quantia de 954\$75, e haverem liquidado unicamente a verba exigida de 6\$94, depreende-se que, ao lado do deficit orçamental de 5.285\$51 ou de 6.081\$01, deixaram um deficit moral de 6.233\$32 ou ainda maior, de. 7.028\$82

Mas visto haver duas gerencias em 1913, indicaremos ligeiramente a responsabilidade de cada uma delas. Assim: a gerencia que findou em 14 de junho, da qual fizeram parte os moralistas srs. Paulo da Silva Pinto e Joaquim da Silva Figueira, entrou com um saldo em cofre de 954\$75. Terminada em 14 de junho, verifica-se que, não tendo pago nenhuma divida passiva, deixou em dinheiro a quantia de 339\$49, onerada da seguinte forma: 770\$87 á Companhia de Electricidade, pela 2.ª prestação, que se vence passadas quinze dias; 564\$08 ao Hospital de S. José, pelo tratamento de alienados pobres em 1911 e 1912; 445\$00 aos medicos do concelho e 6\$94 aos herdeiros do medico dr. Aguedo de Miranda. — Total, 1178\$59, quantia esta que, a diminuir-se lhe aquela verba de 339\$49, deixava em cofre para a segunda gerencia, constitua o deficit orçamental da primeira gerencia de 1913, na importancia de 1.447\$40. Ora, como o dinheiro em saldo, recebido da gerencia de 1912, ficou reduzido a 339\$49, segue-se que a divida passiva de 1.786\$89 devem acrescentar-se os 615\$26 dispendidos do dinheiro que fora recebido em cofre, e a soma destas duas verbas, no total de 2.402\$15, depois de deduzida a soma de 571\$02 (564\$08 mais 6\$94) que era da responsabilidade das gerencias de 1911 e 1912, representa o deficit moral da gerencia a que pertenceram os dois chefes srs. Paulo da Silva Pinto e Joaquim da Silva Figueira, na importancia de. 1.831\$13

A gerencia que principiou em 15 de junho de 1913 e findou em 31 de dezembro do mesmo ano e que teve como camarista o sr. dr. Justino de Bivar Weinholz, recebeu em dinheiro a quantia de 339\$49, onerada, no seu vir, com dividas passivas na importancia de 1.786\$89. Recebeu

ria, efetuadas em 1914. 2.078\$63.
2.ª—A receber do Estado, como quantia que a gerencia 1914 lhe abonou para obras de conservação do edificio do Governo Civil de Faro. 134\$33.
3.ª—A receber da Junta Geral do Distrito, correspondente ao abono que se lhe fez para despesas com os estabelecimentos distritaes (lei de 7 de agosto de 1913, art. 39.º n.º 4): 619\$72 da verba com que a Junta contribue anualmente para os encargos resultantes da elevação do liceu central; 216\$00 de renda da casa da Escola Distrital; 50\$00 para despesas varias na mesma escola; e 180\$00 de renda da casa anexa ao liceu. Tudo isto na importancia de. 1.065\$72
4.ª—A receber da Companhia de Electricidade, multas a encontrar no pagamento das prestações provenientes do contrato da illuminação publica. 421\$30
5.ª—A receber do facultativo municipal sr. dr. Virgilio Inglez, oferta destinada a auxiliar a construção de um coletor, a qual deve encontrar-se no primeiro pagamento dos seus ordenaços. 20\$00

Total destas receitas. 3.730\$48
Obtida esta receita de 3.720\$48, que devia ter-se realiado no dia 31 de dezembro, para o efeito do encerramento das contas relativas á gerencia de 1914, verifica-se que, empregando-a em fazer face ás dividas passivas de 4.576\$05, que são as que pertencem á responsabilidade da mesma gerencia, fica existindo, em relação á gerencia actual, um deficit positivo de. 855\$57

Mas é necessario acentuar que se por um lado existe o deficit de 855\$57, não é menos certo que a gerencia de 1914 melhorou consideravelmente os serviços da limpeza publica, aumentando operarios, material e animaes, fez a instalação electrica da Alameda e a do coreto do Jardim D. Francisco Gomes, arborisou o largo da Alagoa, poz bancos no mesmo largo e acrescentou o numero de bancos da Alameda, para onde comprou tambem 150 cadeiras, dotou este passeio com um elegante coreto e um campo de ginnastica, teve de sua espensa mais quatro agentes de policia, deu aos muncipes, durante o verão, apreciaveis concertos na Alameda, alem de ter prestado muitos outros serviços de reconhecido interesse publico.

E já agora é justo dizer-se que da receita geral orçamentada para fazer face á liquidação das dividas passivas que se receberam das gerencias de 1913 e para acudir ás despesas que se tornaram efetivas durante a gerencia de 1914, deixou de cobrar-se a verba de 7 contos, relativa

VERAÇÕES	Saldo que, segundo a escripturação, devia deixar em cofre e que não appareceu	Dinheiro deixado em cofre	Dinheiro recebido da gerencia anterior	Deficit recebido da gerencia anterior	Deficit deixado á gerencia immediata	Deficit positivo da sua responsabilidade	Deficit moral da sua responsabilidade	Deficit positivo da sua responsabilidade, correspondente a um ano de gerencia	Deficit moral correspondente a um ano de gerencia
Gerencia de 1 de janeiro a 16 de outubro de 1910.	3.602\$84						3.602\$84		4.530\$88
Gerencia de 17 de outubro a 31 de dezembro de 1910.	1.081\$52						1.081\$52		5.191\$20
Gerencia de 1 de janeiro a 30 de novembro de 1911.	1.571\$45	1.231\$77					339\$68		370\$59
Gerencia de 1 de dezembro a 31 de dezembro de 1911.			1.231\$77		723\$20	723\$20	1.954\$97	3.678\$40	23.459\$44
Gerencia de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1912.		954\$75		723\$20					
Gerencia de 1 de janeiro a 14 de junho de 1913.		339\$49	954\$75		1.447\$40	1.447\$40	1.831\$13	3.157\$96	3.995\$04
Gerencia de 15 de junho a 31 de dezembro de 1913.		2.242\$99	339\$49	1.447\$40	6.081\$01	4.633\$61	4.633\$61	10.109\$32	10.109\$52
Gerencia de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1914.			2.242\$99	6.081\$01	6.936\$58	855\$57	855\$57	855\$57	855\$57

Quadro comparativo dos deficits que caracterizaram a ultima gerencia monarchica e as gerencias posteriores á implantação da Republica

que constam do relatório citado, a segunda gerencia de 1913 contraiu ainda, para o mesmo fim, diversas outras dividas, que fazem o total de 850\$00, e estas dividas foram depois liquidadas, generosamente, em 1914, pela commissão da minha presidencia. Em face de taes razões, a responsabilidade destes 850\$00 cabe á segunda gerencia de 1913. 850\$00

Por fim, a gerencia de 1914 não só pagou esta importancia de 850\$00, mas tambem se viu constrangidamente obrigada a concluir a caprichosa e nefasta empreza do Quartel da Guarda Republicana, tendo de autorisar e solver outras despesas, na importancia total de 795\$50, que deve ou não ser englobada na soma das dividas passivas anteriores a 1914, conforme o juizo que se formar sobre a que commissão pertence a responsabilidade das ultimas obras que se fizeram no referido quartel, obras que, positivamente, não podiam deixar de concluir-se, sob pena de ficarem inutilizadas as despesas ali feitas pela commissão anterior. 795\$50

Total das dividas passivas de que foram responsaveis as gerencias anteriores a 1914. 8.324\$00

Mas a segunda gerencia de 1913 deixou em cofre a quantia de 1.727\$05, em divida ativa a receber do Estado, pelo abono feito para as despesas de conservação do edificio do Governo Civil, durante o ano de 1913, a quantia de 362\$94, e em gado buvino para o talho regulador a importancia de 153\$00. E para que se compreenda a honestidade que ligo a este meu trabalho, direi que a escripturadora commissão que a si propria se tornou sindicante dos atos da Commissão Executiva, só apresentou no seu relatório a primeira destas importancias, ignorando certamente que existiam a segunda e a terceira. A soma das tres verbas é de. 2.242\$99

Em virtude disto, subtraído do total das dividas passivas de que são responsaveis as gerencias anteriores a 1914, a importancia das tres verbas antecedentes, resta-nos uma outra importancia, que é a que constitue propriamente o deficit orçamental das mesmas gerencias. E assim, visto que nos referimos a duas somas diferentes de dividas passivas (7.523\$50 ou 8.324\$00, conforme o juizo que se fizer sobre a que commissão pertence a responsabilidade das ultimas despesas que houve no Quartel da Guarda Republicana) conclue-se que o deficit orçamental recebido pela gerencia de 1914 ou attingiu a verba de 5.285\$51, ou foi mais longe, até. 6.081\$01

Convém elucidar os leitores sobre o seguinte facto:

portanto um deficit de 1.447\$40, e como o deficit que legou á gerencia de 1914 importou em 6.081\$01, verifica-se que a sua responsabilidade pertence o enorme deficit orçamental e moral de. 4.633\$61

Posto isto, voltaremos a dizer que as duas gerencias de 1913 deixaram á gerencia de 1914, a que eu presidi, um total de dividas passivas na importancia de 8.324\$00. E todavia certo que, como se disse, lhe deixaram tambem em cofre a quantia de 1.727\$05, em divida ativa a receber do Estado a quantia de 362\$94 e em gado a importancia de 153\$00.

Compulsando agora o orçamento ordinario de 1915, encontramos nele, em dividas passivas da responsabilidade das gerencias de 1911 a 1914, a importancia de 9.578\$08. Por dever de lealdade, e para que ninguém nos aculhe de menos cuidadosos ou desonestos na apresentação destas contas, incluiremos ainda, no capitulo das dividas passivas: 300\$00 ao Hospital de S. José, pela quota e excesso provavel á quota annual de 1914, — e 778\$98 á Companhia de Electricidade, pela 4.ª prestação de 1914. Soma destas duas verbas: 1.078\$98.

Total das dividas passivas que transitaram para a gerencia de 1915. 10.657\$06

Claro está que é verdade que a gerencia de 1914 tinha dividas a pagar na importancia de 10.657\$06, mas tambem é certo que as gerencias anteriores lhe deixaram dividas que attingiam a soma de 8.324\$00, a fazer-lhes face unicamente com a insignificante parcela de 1.727\$05 (dinheiro em cofre), mais 362\$94, que havia a receber do Estado, e mais 153\$00 do valor dos bois existentes para o talho municipal. Queremos dizer que na importancia das dividas que a gerencia de 1915 tem que pagar está incluída a verba de 6.081\$01, correspondente ao deficit positivo da gerencia de 1913. E sendo assim, vamos subtrair ao total das dividas passivas (10.657\$06) o deficit de 1913 (6.081\$01) para verificarmos que á gerencia de 1915 cabe somente, em dividas passivas, a responsabilidade de. 4.576\$05

Resta-nos por ultimo averiguar até que ponto se torna possivel desfazer a gravidade desta importancia que, como divida passiva, está onerando a gerencia de 1915.

Ora, tomando nota das receitas com que devemos defrontar a importancia destas dividas, que são propriamente as que responsabilisaram a gerencia de 1914, temos:

1.ª—A receber do Estado, como subsidio com que é obrigado a contribuir para as despesas da Instrução Prima-

rio produto da venda de certos baldios da Camara. Esta verba não chegou a efetivar-se pela razão ponderavel de não ter sido oportunamente aprovado no Parlamento um projeto de lei que, á semelhança do que se passa em Vila Real de Santo Antonio e outros concelhos, autorisasse esta Camara a vender os referidos terrenos, independentemente das morosas formalidades das leis de desamortização.

Se outras verbas de receita não tivessem tambem falhado, por motivos de que a gerencia de 1914 não teve culpa, facil é de concluir que nos bastaria a alienação dos baldios, na importancia de 7 contos, para cobrir não só o deficit de 855\$57 da responsabilidade da gerencia de 1914, mas ainda para extinguir o deficit de 6.081\$01 da responsabilidade das gerencias de 1913. Assim, como a totalidade dos dois deficits importa em 6.936\$58, verifica-se que, vendidos os terrenos e efetuada portanto a verba de 7 contos, ficaria a gerencia de 1914 com um saldo orçamental de 63\$42, e moralmente com o saldo de 6.144\$53, que é constituída pela soma do ruinoso deficit da 6.081\$01, que nos foi legado pelas gerencias de 1913, com a verba de 63\$42, que a gerencia de 1914 teria deixado em cofre para o ano corrente.

Portanto, a Commissão Executiva de 1914, que á sua responsabilidade deixou apenas um deficit moral de 855\$57, se cobrasse, como tudo levava a crer, a verba de 7 contos, que no seu orçamento representava uma das principais receitas, teria deixado um saldo orçamental de 63\$42 e moralmente o enorme saldo de 6.144\$53.

Mas os censores aproveitaram a circumstancia de não se ter efetuado a receita de 7 contos e, esquecendo-se do principio que lhes impunha toda a obediencia á verdade e do respeito que deviam merecer-lhes os membros da Commissão Executiva, pretenderam enovilhar os atos desta commissão, no intuito de pôr em cheque o seu brio, a sua competencia administrativa e o seu prestigio politico, sem se lembrarem de que a verdade, tendo que ser uma só, viria pouco depois ao conhecimento da opinião publica, talqualmente as bolhas de azeite á superficie da agua.

E' preciso não esquecer tambem este irrisorio desconcho da commissão de contas, de que fizeram parte os srs. Paulo da Silva Pinto, Joaquim da Silva Figueira e Antonio Gonçalves Marreiros: Encarregada de verificar o estado financeiro da Camara, essa portentosa commissão, que consumiu dois mezes num trabalho que qualquer mediocre efetuava em quatro ou cinco dias, apresentou em 30 de dezembro o relatório dos seus estudos, com a flagrante e genial surpresa desses estudos se referirem somente aos mezes de janeiro a outubro !!! E a Camara, que se aproveitara da minha ausencia para ajuzar dos atos administrativos da Commissão a que eu presidia, conferiu toda a fé ao acervo de mentiras que

constavam desse curioso relatório, que, apesar de não abranger na crítica os serviços e contas da Comissão Executiva nos últimos dois meses do ano, e por isso mesmo estar incompleto, constituiu o alcorão dos ferrenhos e bravos opositoristas, dessas escrupulosas creaturas que ás provas e á logica preferiram o enxovalho e a calúnia.

Seja porém como quer que tenha sido, creio que a ninguém, depois do meu regresso a Faro e da defeza que ahi fica, restam duvidas sobre a competencia e honestidade dos vereadores que comigo entraram na administração municipal de 1914.

E já agora, porque tão grande vulto se quiz dar ao pelouro dos Passeios e jardins, seja-me licito fazer sobre o caso estas ligeiras considerações, incontestaveis como todas as outras: No ano de 1913, com as duas gerencias em que se salientaram os srs. Paulo da Silva Pinto e dr. Justino de Bivar Weinholtz, renderam a Alameda 209559 e teve de despeza 1.743594, havendo portanto uma despeza liquida de 1.534535. Em 1914 subiu a receita a 373520 e a despeza a 2.051536, sendo de 1.678516 a despeza liquida, -mais 143581 que no ano anterior, não obstante as grandes melhorias que ali se fizeram, na importancia de mil e tantos escudos. Houve desgoverno? Houve ruinosa administração? Mas as gerencias anteriores não deixaram na Alameda coisa nenhuma e consumiram 1.534535 nos mesmos serviços em que a gerencia de 1914 gastou apenas 678516. Alcumhem-nos, pois, do que quiserem, mas os factos são estes, e são bem eloquentes!

E por ultimo, para que ninguém alimente a menor duvida sobre a regular administração municipal feita em 1914 pela Comissão Executiva da minha presidencia, apresento, num ligeiro resumo, o quadro comparativo dos deficits que caracterizaram a ultima gerencia monarchica e as gerencias posteriores á implantação da Republica.

Por este quadro, que é sufficientemente elucidativo, e que em relação ás cinco primeiras gerencias foi organizado com elementos que colhi numa critica feita e assinada pelos srs. Paulo da Silva Pinto, Joaquim da Silva Figueira, João de Sousa Uva e outros, nos livros de registro de contas, que podem compulsar-se na secretaria da Camara, vê-se que a gerencia de 1912 foi a unica que não deixou deficit, não obstante os mesmos vereadores, na gerencia correspondente a dezembro de 1911 (num só mez) terem deixado um deficit de ordem moral na importancia de 1.954597. Está depois a gerencia de 1 de janeiro a 30 de novembro de 1911 com um deficit relativamente pequeno, e a seguir, entre as melhores, a gerencia de 1914, com um deficit de 855557.

E houve quem não quizesse ver os extraordinarios deficits das outras gerencias, especialmente o da segunda gerencia de 1911 e os das gerencias de 1913, e se arrojjasse a classificar de ruinosa a gerencia de 1914. O que é a miseria humana!

JOÃO PEDRO DE SOUSA

Presidente da Comissão Executiva da Camara Municipal de Faro.

TEATRO CIRCO

Promete vir brevemente a esta cidade, em tournée artistica, uma excelente companhia composta de artistas dos teatros de Lisboa e Porto e dirigida pelo conhecido ator Augusto de Andrade. O seu repertorio contem, entre outras peças de nome, A Tosca, Os Velhos, O Amor de Perdão, O Conservero, e O Filho Prodigio. Também esta companhia se propõe representar uma peça patriótica—Alma da França—relativa a assuntos da guerra europeia.

O NOSSO NOTICIARIO

O sr. dr. João Domingos Medeiros, notario de Vila Real de Santo Antonio, foi autorizado a exercer a advocacia.

As comissões politicas que estão encarregadas no partido democratico da direcção dos trabalhos eleitoraes resolveram na sua ultima reunião disputar as maiorias em todos os circulos do paiz e desdobrar em toda a parte onde se apresentem candidatos monarchicos ou unionistas.

Foi assaltado em Lagos o moinho de vento situado no Serro das Mós, do qual é rendeiro o sr. Jacinto Norberto Alves, daquella cidade, por João Paes, solteiro, de 25 anos, natural de Ferragudo, concelho de Lagoa, que roubou perto de dez-seis escudos. O larapio estava ao serviço daquele senhor e para praticar o roubo teve de valer-se da armação do moinho, penetrando no mesmo pela janela da cupula. A autoridade administrativa telegraphou para varios pontos, pedindo a sua captura.

O sr. Antonio Augusto Alves foi exonerado de administrador do concelho de Monchique.

Foi colocado na inatividade o fiscal de 2.ª classe, em serviço em Faro, sr. Manuel de Sousa.

Os armazens geraes de industria, de Lagos, tem funcionado com regularidade, havendo muitas entradas e saídas de conservas de sardinha, carapan e alguma caval, no valor aproximado de 89 mil escudos. Podia haver mais movimento se não fosse a grande falta de pesca, por isso que se tem visto a braços com a miséria a classe trabalhadora das fabricas.

Foram nomeados para exercerem os logares de cabos de mar e serventes das capitancias e delegações abaixo indicadas os seguintes individuos: Francisco Antonio da Cruz, cabo de mar em Alvor; João Antonio Nobre, idem em Albufeira; Alvaro de Carvalho, idem da ilha da Culatra; Antonio Ferreira, idem em Olhão; Eusebio Barreto, idem da Fuzeta; Antonio dos Santos Barradas, idem em Silves; Mateus Rodrigues Pinguimba, idem em Carvoeiro; Manuel Martins, idem em Vila Real de Santo Antonio e Gonçalo Guerreiro de Sousa, idem de Quarteira; Hermenegildo Costa, servente em Portimão; Antonio Correia Batista, idem em Olhão; João da Silva, idem em Tavira e Joaquim Correia Simão, idem em Vila Real de Santo Antonio.

O sr. dr. Alvaro Judice foi exonerado como requerer de ajudante do notario de Albufeira, sr. Joaquim de Sousa Guerreiro.

A folha oficial já publicou a nota do estado da divida flutuante desde junho de 1910 a outubro de 1914. Em 31 deste mez essa divida era uma importancia de

96 528.633585, mais 14.428 contos do que em 30 daquele mez.

Funcionarios que pertencam á direcção do Sul e Sueste: Joaquim Mariano, guarda-freio de 2.ª classe, promovido á 1.ª; Manuel de Almeida Terça, praticante, nomeado guarda-freio de 2.ª classe; Angelo Augusto Peixinho, guarda-freio de 1.ª classe, promovido a condutor de comboios de 2.ª; Antonio Vicente, guarda-freio de 2.ª classe, promovido á 1.ª; Salvador Afonso, praticante, nomeado guarda-freio de 2.ª classe; Antonio Martins Anado, guarda-freio de 1.ª classe, promovido a condutor de comboios de 2.ª; Filipe Marques Morgado, guarda-freio de 2.ª classe, promovido á 1.ª; José Joaquim Duarte Godinho, praticante, nomeado guarda-freio de 2.ª classe.

Os primeiros tenentes srs. João Frederico Judice Vasconcelos e Jorge Xavier Cordeiro, atendidos no recurso que interpuzeram contra o seu numero de ordem na lista de antiguidade, foram colocados, o primeiro a direita do primeiro tenente sr. Gonçalves Queiroz e á esquerda do primeiro tenente sr. Carvalho Crato, e o segundo á direita do primeiro tenente sr. Pedroso de Lima e á esquerda do primeiro tenente sr. Danim Lomo.

CARTEIRA

Fazem anos:

Amanhã, 21—D. Inacia Ludovina Azevedo Baganha Lool, D. Elvira da Silva Marreiros, D. Guilhermina Aida Ferreira, D. Constantina Eleuterio Faleiro, Silvino da Camara, Manuel Rodrigues Homem, Luiz Parreira, Pedro da Costa Marinho, José Antonio Alves e Manuel do Carmo Fernandes.

Segunda feira, 22—D. Maria Luiza de Bivar Sampaio e Melo, D. Ana Henriqueta de Bivar, D. Albertina Mascarenhas Nobre, D. Maria dos Prazeres Pereira Reis, D. Ermelinda Monteiro Santos, Sebastião José Teixeira Neves de Aragão, José Manuel Genteno, Eduardo Monteiro Ramos, Antonio das Dores Moreno e o mocho Carlos Alberto do Baccos.

Terça feira, 23—D. Bernarda Paula Mendonça, D. Elisa da Silva Costa, D. Margarida do Carmo Batista, D. Lucia Domingos Antunes, José Maria Pereira, Alvaro Batista Pinto, Manuel de Sousa Mendes e o mocho Antonio Carlos Simões.

Quarta feira, 24—D. Luiza de Oliveira Moreno, D. Ricardo Dias da Silva, D. Eduarda Albina Teixeira, D. Eugenia Rodrigues Menezes, Modesto Gomes Garcia, João Brito Marim, Eduardo Antonio Lopes, Francisco Pedro Ferreira e Joaquim Aurelio Constante.

Quinta feira, 25—D. Maria do Carmo Neves, D. Elvira da Encarnação Cordeiro, D. Mariana Ferreira Ramos, D. Eduarda Luiza Montes, Jaime Canasdo, Manuel José Bensaude e Francisco Antonio Viegas.

Sexta feira, 26—D. Maria Amelia Samora Gil dos Santos, D. Maria José Romão de Almeida, D. Ana de Sousa Lopes, D. Emilia Pereira de Lemos, D. Lucinda Antonia de Matos Pacheco, José Rodrigues Fontinha, Antonio Frederico da Silva, Innocencio Luciano Machado e a mocho Maria Josefa Marques.

Sabado, 27—D. Maria Amelia Pereira, D. Maria Justa Palermo Pinto, D. Joana Rosado Correia, D. Elvira do Carmo Rocheta, Eduardo da Fonseca Saller de Sousa, Joaquim de Jesus Angelino, Antonio João Macias José Gonçalves e Ives Ramos e Manuel Alberto Lolo.

Casamentos:

Consorciaram-se em Tavira o sr. José Carreiro da Neiva, recbedor em Celorico da Beira, com uma filha do major sr. Francisco Gonçalves Lopes.

Nascimentos:

A esposa do nosso velho e estimado amigo, sr. José Alexandre da Fonseca, deu á luz com muita felicidade, uma interessante creança do sexo feminino.

Neurologia:

Vitima da tuberculose faleceu em casa de seu pai no sitio do Chão das Donas, em Portimão, a sr.ª D. Ana Rosa da Conceição Serrocho, de 24 anos, professora oficial em Ferragudo.

—Sepultou-se em Vila Real de Santo Antonio, o sr. José Vicente do Carmo, farmaceutico muito estimado. No prestito incorporaram-se pessoas de todas as classes sociais, tendo pegado ás borlas do caixa varios amigos intimos do extinto.

—Sepultou-se no dia 16 em Ferragudo a sr.ª D. Rosalina Paula de Jesus, de 42 anos, esposa do sr. André da E. Mousinho. A extinta deixou á filhos de menor idade. A's familias enlutadas os nossos pezames.



ANEMIA e POBREZA do SANGUE

As criancinhas, as donzellas e os que trabalham em casa estão especialmente sujeitos a esta condição. O tratamento pela Emulsão de SCOTT enriquece o sangue. As faces pallidas recuperam o rubor da saude, desperta o appetite, aumenta o peso, torna-se normal a respiração difficil, e o corpo toma o vigor e a gordura duma saude vigorosa.

A PROVA DE UM PAI

Que alegria sinto quando olho para meu filho Julio, de 6 anos de idade, que era

tão anemico e fraco

que julguei nunca o ver curado, e agora vejo-o gordo e forte. Para ele estar assim dei-lhe a Emulsão de SCOTT, e o vosso preparado fez em pouco tempo a que muitos remedios nunca lhe fizeram. (a) João Laureano da Silva, rua do Lidoador, Vila do Conde, 1/4/14. A

Emulsão de SCOTT

duere de todas as outras emulsões.

ANUNCIO

Delegação em Faro da Assistencia Nacional aos Tuberculosos

FAZ-SE publico que no dia 28 de corrente pelas 12 horas na sala da Delegação de saude em Faro perante a Direcção de Delegação em Faro da Assistencia Nacional aos Tuberculosos, proceder-se-ha á arrematação para fornecimento de pão e carne durante o periodo de um ano a começar no dia 7 de março proximo.

O caderno de encargos para as formações do contrato dos artigos a arrematar, acha-se patente todos os dias uteis no edificio da Assistencia das 10 ás 13 horas.

Faro 17 de fevereiro de 1915.

O secretario,

Augusto Joaquim Barroso da Veiga.

Instituto de Socorros a Nautragos

Os ex^{mos} socios deste Instituto, inscritos na sede da Comissão Departamental de Faro, são por este meio avisados de que a reunião em assemblea geral ordinaria terá logar no proximo dia 27 do corrente mez, ás 14 horas em uma das salas do Governo Civil a fim de dar cumprimento ao determinado nos artigos 43.º e 47.º do Regulamento dos Servicos de Socorros a Nautragos de 6 de novembro de 1914.

Faro, 18 de fevereiro de 1915.

O Secretario,

Ferreira de Sousa,

capitão tenente

Monte-pio Geral

ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS FUNDADA EM 1840

PENSÕES

Perante a direcção habilita m-se

D. Maria da Trindade Peres, maior, solteira, residente em Faro, como unica herdeira á pensão annual de Esc.º 300\$00 legada por seu pai o socio n.º 6:341 José Joaquim Peres.

Correm editos de trinta dias, a contar de hoje, convocando quaesquer outros filhos legitimos, legitimados ou perfilhados dos falecidos para que reclamem a parte que na mesma pensão lhes possa pertencer.

Findo o praso sem reclamação serão resolvidas estas pretensões.

Lisboa e Monte-pio Geral, 4 de fevereiro de 1915.

O Secretario da Direcção

(a) Jacinto de Abrantes

Aos construtores civis

Vende-se uma facha de terreno, na horta de Bom João, frente á Alameda, propria para construção de casas.

Quem pretender dirija-se a José de Trindade Peres, Rua de São Francisco, 51—Faro.

Propriedade

Vende-se no sitio de Bom João de Baixo, composta de casas de habitação, ramadas, armazens, pocilgo, palheiros, terras de semear. Quem pretender dirija-se a José da Trindade Peres, Rua de São Francisco, 51—Faro.

HORARIO DE COMBOIOS

PARTIDAS DE TAVIRA:

Para Tunes—7,8. Vila Real—8,20 (correio)—11,19 —17,42—23,34. Para Faro—9,22—15,40. Lisboa—17,47 (correio).

UM LINDO INVENTO

Uma senhora conhecedora de uma nova fórma para obter fotografias, sem maquina e colocação das mesmas, em que qualquer pessoa pode ganhar muito dinheiro em sua casa nas horas de ocio.

Distribue e gratuitamente todas as explicações para obter o metodo; a todas as pessoas que lhe enviarem cinco centavos em selos.

Escrever a M.ª Laura Jesus Buenos Ayres. Calçada de Arroyos, n.º 71 3.º esquerdo—LISBOA.

O HERALDO semanario republicano democratico é o jornal mais estimado do povo e o de maior circulação em toda a provincia do Algarve.

CASAS

Vende-se uma morada de casas na Avenida de Santo Antonio do Alto. Dirigir a E. Luiza Vanez Paula.—Faro

NOVIDADE SENSACIONAL

O LIVRO DO SOLDADO PORTUGUES

PELO padre J. Lourenço de Matos

O LIVRO DO SOLDADO PORTUGUES é o melhor presente que as mães, as irmãs e as noivas e quaesquer outras pessoas podem dar ao soldado portuguez, quer ao que vae para a guerra, quer ao que fica na Patria. É um livro cheio de encanto que consola todos os patriotas, escrito naquele estilo brilhante do grande jornalista Padre Matos.

Preço 200 réis, nas principaes livrarias do paiz.

Falta de espaço

Por absoluta falta de espaço fomos obrigados a retirar alguns artigos já compostos para este numero.

FARMACIAS

Está amanhã de serviço das 13 ás 22 horas, a farmacia Bouteira & Ramos. OBSERVAÇÃO — Depois das 22 horas e em caso de urgencia pode recorrer-se a qualquer farmacia.



REMEDIO FRANCOES

REMEDIO FRANCOES

COMPANHIA DE SEGUROS

A VICTORIA

SÉDE NO PORTO R. de Santa Tereza, 2-C-1. End. telegr. SEGUROS-Porto Telefone, 1.137

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA Agencias em todas as cidades e vilas do Paiz

CAPITAL, ESC. 500:000\$00

DEPOSITO DE GARANTIA NA CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, ESC. 25:000\$00

Seguros de searas e eiras, pastagens, cereaes, palhas, maquinas debulhadoras, arvoredos, etc.

Seguros terrestres, maritimos, valores pelo correio, quebra de chapas de vidro e espelhos e lucros esperados

DELEGAÇÃO EM LISBOA na RUA DO ARSENAL, 84, 1.º

Telefone, n.º 493

End. telegr. Sorrah

Aceitam-se agentes nas terras onde os não houver

LAMPADAS "METAL"

NOVA LAMPADA DE FILAMENTO TREFILADO E INQUEBRAVEL

CONSTRUÇÃO SOLIDA

AGENTES EM PORTUGAL

Appareillage Gardy, S. A.

LISBOA—RUA DA ASSUNÇÃO, 99, 2.º—LISBOA

Esta-lampada tem o maximo de luz e o minimo de consumo. É a melhor que ha no mercado e a mais barata. Pode ser desde 10 a 100 velas. O agente da casa Gardy em Faro encarga-se da montagem a luz e de todos os seus aparelhos, bem como da instalação de cam-painhas electricas e para-raios. Manda vir todo o material preciso para montagens de electricidade, tanto de luz como de força motriz ou aquecimento.—Material de 1.ª qualidade.

Preços baratissimos—AGENTE, Antonio do Carmo Bentes—Rua Letes, n.º 21—FARO

EMPRESA FUNERARIA FARENSE

DE
FRANCISCO VICENTE FERNANDES
SUCESSOR DE FERNANDES & FERNANDES



Esta casa é a mais habilitada do Algarve e está prevenida de forma a fazer qualquer funeral por pouco espaço de tempo em qualquer ponto do Algarve, como por exemplo em Olhão, espaço de tempo que pode estar tudo ao dispor do freguez, depois do aviso de 2 horas. Representantes em Olhão, Antonio dos Santos, marceneiro; em Santa Barbara, Antonio Murta, industrial; tempo depois do aviso, 2 horas, em Estoi, Cristovam de Sousa Barros, carpinteiro; tempo 2 horas, em Loulé, José Martins, estância de madeiras; 3 horas, em S. Braz, Domingos Dias Neto, carpinteiro; 3 horas, em Tavira, Domingos José Soares, estância de madeiras; 6 horas, em Vila Real, Francisco Néné, comerciante; 10 horas, em Silves, Vicente do Carmo, comerciante; 10 horas, em Albufeira, José Francisco Leote, carpinteiro; 7 horas. Roga-se, que qualquer incidente que se dê, se dirijam imediatamente aos nossos representantes para providenciar em seguida. As tabelas encontram-se patentes ao publico em placas de vidro nos predios dos representantes. Esta casa tambem tem fabrica de urnas de mogno, nogueira etc. lizas, moldadas, entalhadas que garante o seu aperfeiçoamento superior a muitas fabricas de Lisboa. Tambem se fornece a depositos de urnas aos preços das fabricas de Lisboa, pagamento a 30 dias, tendo boas referencias. Torno a advertir para toda a garantia, que se dirijam diretamente a esta casa ou representantes, para sempre sustentarmos os preços das nossas tabelas e a maxima ordem e decencia. Tambem se fornecem urnas por telegrama para qualquer freguez, em varios tamanhos e qualidades, sempre muito sortido e existencia.

FABRICA INDUSTRIAL 1.º DE MAIO

SERRALHARIA MECANICA E CIVIL
FUNDIÇÃO DE FERRO E BRONZE

DE
MANOEL CARVALHO

RUA INDEPENDENCIA, 150

FARO

Construção de pozos Artezianos—Vendem-se materias para as mesmas

Esta casa, que é no genero a primeira da provincia do Algarve, encarrega-se de todos os trabalhos mecanicos e civis.

Constroem-se engenhos de noras de todas as qualidades, com a maior ligeireza, solidez e perfeição.

Fazem-se charruas de todos os tamanhos, maquinas de debulhar milho, colunas, tubaria e todos os utensilios agricolas.

Ninguem deixe de comprar nesta casa, visto que em parte alguma do paiz se fabricam e vendem estes generos em melhores condições.

PREÇOS SEM COMPETENCIA

Ninguem compre sem primeiro visitar esta importante fabrica

CREME DE TOILETTE
Crema—Para a branquea e aveludado da pele.
Tônico e Loção capillar—Contra a calvície e a queda dos cabelos.



UNICO REPRESENTANTE NO ALGARVE
Drozeria e Perfumaria
BANDEIRA & C.ª L.ª
FARO—RUA IVENS, 34—FARO

OFICINA DE CORREIRO E SELEIRO

DE
S. D. PORTO

NESTA officina executam-se todos os trabalhos de Correaria e Selaria com perfeição e por preços baratissimos. Ha sempre á venda todos os artigos de limpeza para carros e animaes, tambem por preços relativamente baratos, assim como todos os mais artigos que dizem respeito a esta industria.

Rua 1.º de Dezembro, 22 e 24

FARO

GARAGE FARENSE

DE
JOÃO GOINHAS

ALL GUER DE AUTOMOVEIS

Garage, Largo da Madalena
Escritorio, Rua D. Francisco Gomes, 40

T.º.—**JOÃO GOINHAS**—FARO

Pesso habilitado e de absoluta confiança

Preços eguaes aos da concorrência

MAQUINAS AGRICOLAS E INDUSTRIAES

Tubos de ferro preto e galvanizado
Bombas de todo o sistema
Charruas e Felhas
Motores a gazolina e gaz pobre
Motores a vinagre e gazolina para adaptar a barcos

Fundição, Serralharia e Forjas

F. STREET & C.ª L.ª

RUA DE S. BENIO

LISBOA

TOUCINHO
VENEZUELA
ANTONIO MARIA JANEIRO
CUBA

PORTUGAL PREVIDENTE

Companhia de Seguros—CAPITAL 1.000.000\$000

SEGUROS DE VIDA (TODAS AS COMBINAÇÕES)

Seguros contra fogo—Seguros marítimos—Seguros de cristal—Seguros contra roubos—Seguros postaes—Seguros agricolas

AGENCIAS EM TODO O PAIZ E COLONIAS

Séde—Rua do Alecrim, 10—LISBOA

Representante em Faro, MANUEL FRANCISCO COSTA

ENSINO TEÓRICO E PRÁTICO

Tratado de Quimica Elementar (7.ª Edição). Um volume de 400 páginas no formato 22x15cm com 133 gravuras. (PREÇO—1\$500 reis)

Obra util e recomendada a todos os que desejam instruir-se nesta ciencia: as teorias quimicas são metódicamente tratadas em separado com a maxima clareza e bastante desenvolvimento; a parte descriptiva é rica na indicação de experiencias atraentes e preparações do verdadeiro interesse na vida pratica; os problemas fundamentais da quimica elementar estão cuidadosamente tratados em secção especial acompanhados de modelos literaes e exemplificações numericas da disposição dos calculos. Este compendio foi adoptado em seguida á sua primeira publicação em quasi todos os liceus e seminarios, no Instituto Industrial e Commercial do Porto, e em diversas escolas normaes, industriaes e agricolas.

Lições de Fisica do curso geral dos liceus e escolas normaes (11.ª Edição). Um volume de 396 páginas no formato 22x15cm com 400 gravuras. PREÇO—1\$200 reis.

Este compendio, dividido pedagogicamente em pequenas lições, foi preferido por unanimidade pela Comissão nomeada pelo Governo para o exame dos livros destinados ao ensino secundario apresentadas no concurso de 1899, e seguidamente mandado adoptar em todos os liceus por Decreto de 26 de setembro, publicado no *Diario do Governo* n.º 261 do mesmo anno. Foi novamente o unico livro proposto para o ensino liceal complementar pela Comissão official no concurso de 1909 (*D. do G.* n.º 192). Cada lição é acompanhada de um questionario que substitue a presença do professor e facilita a revisão das materias estudadas. Além disto, tambem no fim de cada lição, em cuja materia podem ter lugar applicações numericas, se encontram enunciados problemas muito facéis que notavelmente contribuem para a clara compreensão dos assuntos da respectiva lição. Pelo seu metodo essencialmente inductivo experimental e pelo seu caracter elementarissimo, este compendio possui particulares vantagens para se adquirirem sem fadiga nem difficuldade as primeiras noções exatas da Fisica, encontrando-se por isso adaptado não só ao curso geral dos liceus e ao curso das escolas normaes, mas tambem ao ensino ministrado nos seminarios, nas escolas elementares industriaes e nas de commercio e agricolas.

Tratado de Fisica Elementar (8.ª Edição). Um volume de 764 páginas no formato 22x15cm com 752 gravuras. PREÇO—1\$800

Este excelente livro de Fisica foi preferido por unanimidade pela Comissão nomeada pelo Governo para o exame dos livros destinados ao ensino secundario apresentados no concurso geral de 1895, e seguidamente mandado adoptar em todos os liceus por Decreto de 26 de setembro, publicado no *Diario do Governo* n.º 218 do mesmo anno. Foi novamente o unico livro proposto para o ensino liceal complementar pela Comissão official no concurso de 1909 (*D. do G.* n.º 192). Esta edição está inteiramente actualizada e revisada geral do estudo da Fisica nos liceus de harmonia com as instrucções que acompanhám os programas do curso complementar, pois que, além das materias novas mencionadas nos programas da 6.ª e da 7.ª classe, contém as materias das classes anteriores, e termina com uma desenvolvida e metódica collecção de problemas numerics acompanhados da indicação dos artigos da doutrina do texto a que se referem e das fórmulas empregadas na sua resolução. Estas obras, que têm sido preferidas em concursos officiaes de livros de ensino e que estão vulgarizadas nas escolas do Portugal e do Brazil, acompanhám os progressos das ciencias physico-quimicas encontrando-se actualizadas com a inserção das doutrinas sobre as modernas e importantissimas descobertas, tais como a da fotografia das cores, da fotografia através dos corpos opacos ou raios X, das correntes de alta frequência, dos radioconductores, da telegrafia sem fio e da radiação catódica. Os principios e deducções theoricas, as experiencias demonstrativas, as applicações practicas e os problemas numerics, estão expostos por forma que impõem a estes livros a sua caracteristica clareza e a moderna orientação pedagogica, tornando-os simultaneamente apropriados ao ensino theorico e pratico, á disciplina do espirito e aos trabalhos do laboratorio. São tambem livros uteis para os cursos das escolas e para a preparação dos exames de ingreso (preceitos e precetos) para principiar a operar com segurança e bom resultado; o telegrafista encontra os conhecimentos das reacções dos corpos e da electricidade indispensaveis á sua profissão; e todas as pessoas que desejam adquirir noções dos fenomenos da natureza encontram elementos que devem satisfazer as exigencias do seu espirito.

LISBOA Livraria Ferrin, Rua Nova do Almada, 70.—PORTO Livraria Chardron, Rua das Carmelitas, 114.—COIMBRA Livraria França Amado, Rua Ferreira Borges, 115.

Livros escolares de professor
DR. RIBEIRO NOBRE

JOÃO DA SILVA NOBRE

MÉDICO—CHIRURGIÃO

Exercício de Hospital de Littera
Garganta, nárix e ouvido—Doenças das senhoras—Tratamento da sífilis e das serões rebeldes pelo doç de Ehrlich

Clinica Geral—Operações

CONSULTAS A S 11 HORAS

JOÃO PEDRO DE SOUSA

ADVOGADO

(Rua de São Antonio, 5)

ESCRITÓRIOS (Largo 1.º de Junho, 27)

Morada—Rua João de Deus

FARO

SEMENTE DE COUVE

Vende-se de boa qualidade e em qualquer quantidade na tenda de Carminha Ramos, Praça da Verdura, Faro.

CANDIDO DE SOUSA

Farmacia para Euche de Littera e com os cursos superiores de Littera, Grammatica e Bacteriologia

CLINICA GERAL, OPERAÇÕES

Especialidades: Doenças dos olhos, bocca e dentes
Doenças artriticas

CONSULTAS TODOS OS DIAS EXCETO AOS DOMINGOS

RUA DE SANTO ANTONIO, 6

FARO